

Inquérito Civil n. 06.2019.00004718-1

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, Diego Roberto Barbiero, e o **PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**, representado por seu Prefeito Municipal Glauber Burtet, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004718-1, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/19, e

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei n. 8.625/93 e nos arts. 90 e 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/19;

CONSIDERANDO que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (art. 37, “caput”, da CRFB/88), do que se depreende que a própria Carta Política traçou os vetores para atuação administrativa lícita, diretamente derivados do princípio republicano (CRFB, art. 1º), diretrizes estas que devem ser observadas e perseguidas, em primeiro lugar, pela própria Autoridade Administrativa;

CONSIDERANDO que, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina, fica vedada a nomeação para cargo em comissão, por força da Lei Estadual n. 15.381/2010, de pessoas que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a Administração Pública e o patrimônio público, assim como os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em

julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

CONSIDERANDO que passo semelhante foi dado pelo Governo Federal e tem sido objeto de ampla divulgação na imprensa nacional, com a sanção do Decreto n. 9.727, de 15 de março de 2019¹;

CONSIDERANDO que algumas legislações Municipais preveem disposições semelhantes à Lei Estadual n. 15.381/2010, a exemplo da Lei Orgânica do Município de Chapecó, em seu art. 13;

CONSIDERANDO que *"a condenação por improbidade administrativa é situação incompatível com cargo não concursado e função de livre provimento ou de confiança, demissível ad nutum, com exigência de credibilidade e confiança para a sua manutenção no serviço público, inexistentes para quem é acusado e condenado por improbidade administrativa"*²;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil Público n. 06.2019.00004718-1, que teve por objeto *"apurar ilegalidade na nomeação de Emerson Salvagni, condenado nos autos n. 0018675-60.2013.8.2.40018, impossibilitado de exercer cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul por violação dos princípios da administração pública, nos termos do art. 11, caput e inciso I, da Lei n. 8.429/92"*;

CONSIDERANDO que o legislador local pode estabelecer critérios para a assunção de cargos em comissão na gestão municipal, agindo, desse modo, dentro de suas atribuições constitucionais, dentre as quais se destacam os poderes de auto-organização e autonormatização de que dispõem os Municípios (CRFB, art. 30);

CONSIDERANDO, ainda, o acatamento da Recomendação n. 0005/2019, que resultou na exoneração de Emerson Salvagni em 27 de janeiro de 2019,

¹ Art. 2º São critérios gerais para a ocupação de DAS ou de FCPE:

I - idoneidade moral e reputação ilibada;

II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado; e

III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. Os ocupantes de DAS ou de FCPE deverão informar prontamente a superveniência da restrição de que trata o inciso III do caput à autoridade responsável por sua nomeação ou designação.

² SANTIN, Valter Foleto. Revista Jurídica da Presidência: Brasília, out.2018/jan.2019 p. 647-668.

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Este Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a fixação de parâmetros para a atualização da legislação municipal para adequar e constar, expressamente, o impedimento da admissão de servidores, mediante livre nomeação para cargos de provimento em comissão, condenados por crimes contra a administração pública ou em ações cíveis de improbidade administrativa por sentenças transitadas em julgado ou confirmadas por órgão colegiado, adotando a legislação estadual (Lei Estadual n. 15.381/2010, de Santa Catarina) como paradigma.

2 DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a enviar o Projeto de Lei para Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul, no prazo de 90 (noventa) dias, para adequar a legislação aos mais atuais termos de combate à nomeação de servidores condenados definitivamente ou com sentença confirmada por órgão colegiado em processos criminais que envolvam crimes contra a administração pública ou em ações cíveis de improbidade administrativa.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 3ª: No caso de descumprimento de da obrigação assumida, estará o COMPROMISSÁRIO sujeito à multa, individual, de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento, cujo valor será recolhido mediante pagamento de boleto, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

Parágrafo único: A inadimplência também poderá resultar no imediato protesto do título em cartório de notas.

4 DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula 4ª: A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por meio de Procedimento Administrativo instaurado para tal

finalidade.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Cláusula 5ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 6ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª: O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente TERMO contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

Cláusula 8ª: O presente compromisso entrará em presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Cláusula 9ª: As partes elegem o foro da Comarca de Chapecó/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Compromisso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 13 de março de 2020.

DIEGO ROBERTO BARBIERO
Promotor de Justiça

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal de
Caxambu do Sul

Testemunhas:

JULIANDERSON PANEGALLI
Assistente de Promotoria de Justiça

JANIO SADI KULBA JUNIOR
Procurador do
Município de Caxambu do Sul